



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO PRESENCIAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RODINALDO MANUEL CORREIA

DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU E
COMBATE A POBREZA

REDENÇÃO - CE – BRASIL

2020

RODINALDO MANUEL CORREIA

DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU E COMBATE

A POBREZA

Monografia apresentada ao curso presencial de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2020

RODINALDO MANUEL CORREIA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Sistema de
Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Correia, Rodinaldo Manuel.

C824e

Desenvolvimento de Guiné-Bissau e Combate a Pobreza/
Rodinaldo Manuel Correia. - Redenção, 2020.
45f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf.

1. Desenvolvimento Econômico. 2. Guiné-Bissau. 3. Pobreza. I.
Maluf, Profa. Dra. Sâmia Nagib. II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 330.01

RODINALDO MANUEL CORREIA

DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU E COMBATE

A POBREZA

Monografia apresentada ao curso presencial de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Administração Pública.

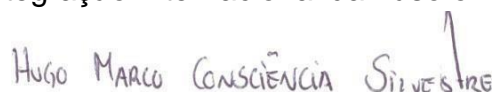
Orientadora: Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf

Aprovada em: 07 / 02 / 2020.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Hugo Marco Consciência Silvestre
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Profa. Dra. Eliane Barbosa Da Conceição
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), pela oportunidade de eu poder fazer o curso do meu sonho: Administração pública presencial.

À Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf que durante o processo me deu grande apoio na pesquisa. E aos professores do nosso instituto e técnicos.

Aos meus amigos e colegas na qual partilhamos bons e maus momentos durante anos da vida acadêmica.

Agradeço imensamente aos meus familiares que mesmo estando longe sempre me apoiaram dando-me força e coragem para continuar.

RESUMO

Guiné-Bissau é um país rico em recursos naturais, mas pobre que não consegue se desenvolver por falta de estabilidade política. Objetivo principal desse trabalho é analisar como o Estado guineense tem enfrentado o desafio de desenvolvimento econômico e reduzir a pobreza. Depois de analisar dados levantados sobre a pobreza na Guiné-Bissau observou-se que aproximadamente 70% da população guineense estão em situação de pobreza com menos de 2 dólares, e necessitam de alimentação, saúde, educação, infraestruturas e saneamento básico. Como consequência e reflexo dessa situação, Guiné-Bissau no que diz respeito ao IDH, não está melhor posicionado no ranking devido ao cenário descrito. O estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica para coletar os dados sobre a economia, analisando a evolução e o crescimento do produto interno bruto (PIB), onde se percebe que houve aumento na produção nos últimos dez anos. Com base teorias de desenvolvimento econômico nota-se que o desenvolvimento depende de fatores que podem variar de acordo com realidade de cada país ou região, com nisso o estado guineense elaborou um plano de desenvolvimento estratégico e operacional "Terra-Ranca" que significa um novo começo de 2015 à 2025, baseando na própria realidade social, econômica e cultural do país. Vale ressaltar que esse plano tem aspectos importantes como: as reformas na administração pública, a industrialização para a transformação dos produtos agrícolas o turismo entes entre outros. Esse plano estratégico operacional de desenvolvimento tem apresentado poucos resultados esperados devido à instabilidade política.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. IDH. Pobreza. Guine-Bissau.

ABSTRACT

Guinea-Bissau is a country rich in natural resources, but poor, which is unable to develop due to the lack of political stability. The main objective of this work is to analyze how the Guinean State has faced the challenge of economic development and to reduce poverty. After analyzing data collected on poverty in Guinea-Bissau, it was observed that approximately 70% of the Guinean population is in poverty with less than 2 dollars, and with food, health, education, infrastructure and basic sanitation. As a consequence and reflection of this situation, Guinea-Bissau with regard to the HDI, is not better positioned in the ranking due to the scenario described. The study was carried out through bibliographic research to collect data on the economy, analyzing the evolution and growth of the gross domestic product (GDP), where it is noticed that there has been an increase in production in the last ten years. Based on theories of economic development, it can be seen that development depends on factors that may vary according to the reality of each country or region, based on the Guinean state, it has developed a strategic and operational development plan "Terra-Ranca" which means a new beginning of 2015 to 2025, based on the country's own social, economic and cultural reality. It is worth mentioning that this plan has important aspects such as: reforms in public administration, industrialization to transform agricultural products, tourism, among others. This strategic operational development plan has shown little expected results due to political instability.

Keywords: Economic development. IDH. Poverty. Guine Bissau.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Desemprego jovem – Período: 1991 a 2019	28
Tabela 1	Nível de pobreza no mundo	20
Tabela 2	Fontes de financiamento público	24
Tabela 3	Contas de Resultado - Período: 2010 a 2016	25
Tabela 4	Produto Interno Bruto (PIB)-USD–Período: 2009 a 2018	26
Tabela 5	PIB <i>per capita</i>	27
Tabela 6	Pobreza absoluta por regiões – Período: 2002 a 2010	29
Tabela 7	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	33
Tabela 8	Setores econômicos	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	Desenvolvimento Econômico	12
2.1.1	<i>O conceito</i>	12
2.1.2	<i>Teorias de Desenvolvimento Econômico</i>	14
2.1.2.1	<i>Rostow e os Estágios para o desenvolvimento</i>	15
2.1.2.2	<i>Schumpeter e a Teoria do Desenvolvimento Econômico</i>	16
2.1.2.3	<i>Celso Furtado e o Desenvolvimento Econômico</i>	17
2.1.2.4	<i>Estado, Desenvolvimento e Neodesenvolvimentismo</i>	18
2.1.2.5	<i>Desenvolvimento sustentável: introdução histórica e perspectivas</i>	18
2.2	A Pobreza	19
2.2.1	<i>O conceito</i>	19
2.3	Metas do Milênio	21
3	METODOLOGIA	23
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	24
4.1	Fontes de financiamento	24
4.2	A Pobreza	28
4.3	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	32
4.4	A necessidade de desenvolvimento econômico	33
4.5	Os setores econômicos	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

Guiné-Bissau é um país que tem enfrentado dificuldades para encontrar caminhos para se desenvolver economicamente e melhorar as condições de saúde, educação e de reduzir a pobreza, após a sua independência oficial em 1974.

A pobreza é um dos problemas crônicos que a humanidade vem enfrentando há séculos e que, até hoje, ainda é um dos problemas que precisa ser solucionado para manter o equilíbrio no mundo. Existem muitos exemplos de países que conseguiram melhorar os seus indicadores e, conseqüentemente, a vida das pessoas.

O motivo pelo qual este trabalho foi desenvolvido é para permitir que os formuladores de política econômica entendam a situação econômica e social de Guiné-Bissau, visto que existem poucas pesquisas dessa natureza e pela dificuldade na obtenção sejam de dados estatísticos, como de trabalhos acadêmicos.

Espera-se que esse trabalho acadêmico contribua para alertar às autoridades guineenses sobre a necessidade urgente de se encontrar uma forma de tirar o país da situação em que se encontra.

Vale realçar que Guiné-Bissau por ser um país pobre, necessita encontrar estratégias para solucionar seus inúmeros problemas. Considerando que o desenvolvimento econômico aborda estratégias de longo prazo para melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia), o estudo optou por essa área do conhecimento, por isso no decorrer do trabalho analisado foram incluídas algumas teorias quem sabe pode ser útil no futuro.

Existe também a motivação pessoal, eu como guineense, preciso entender como está a situação da minha pátria, para não basear sempre no senso comum quando vou falar dela para outros.

Esse trabalho tem por objetivo estudar e analisar os fundamentos da economia guineense e buscar encontrar os possíveis motivos, pelos quais, Guiné-Bissau sendo um país rico em recursos naturais ainda não explorados no seu máximo, como fosfato, bauxita e petróleo, não consiga distribuir de forma equitativa o bem comum para acabar com a desigualdade social, onde só na capital Bissau, possui condições mais ou menos adequadas para as pessoas terem condições

vida melhor em relação a outras regiões do país, onde a situação de pobreza é muito mais visível.

O trabalho inicia-se com o referencial teórico, que é base teórica do trabalho, onde são apresentados os conceitos e teorias de diferentes autores sobre o desenvolvimento econômico e da pobreza de modo geral. Em seguida, discorre sobre as metas do milênio, que tem como objetivo principal o combate à fome e a pobreza no mundo, os métodos aplicados e, por fim, busca realizar uma análise sobre o desenvolvimento, a economia e a pobreza, através dos indicadores encontrados, para o período pós-independência, atendo-se aos últimos anos.

1.1 Objetivo geral

Analisar como o estado guineense tem enfrentado o desafio do desenvolvimento econômico e reduzir a pobreza na Guiné-Bissau.

1.2 Objetivos específicos

- Pesquisar e apresentar o cenário da pobreza na Guiné-Bissau.
- Entender quais foram as políticas e programas adotados para promover a redução de pobreza.
- Trazer teorias e conceitos de desenvolvimento econômico e da pobreza de modo mais abrangente possível.
- Apontar, a partir da literatura, as medidas e trajetórias para que estado desenvolva melhores medidas para reduzir ainda mais pobreza na Guiné-Bissau.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento econômico discute as estratégias de longo prazo, desde as mudanças da composição do produto e a alocação dos recursos nos diversos setores da economia, com vistas a obter uma melhoria dos indicadores de bem-estar econômico e social. Apesar da teoria de crescimento econômico também discutir estratégias de longo prazo, as perspectivas são diferentes, uma vez que, segundo Vieira (2017, p.1) “crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo”.

Por outro lado, o alicerce na definição de desenvolvimento é que apareceu da necessidade de independência econômica individual que depois passa para a sociedade de modo a incentivar a melhoria da vida de todos (LACERDA, 2009).

Guido (1998, p.13) considera que “deve-se ressaltar, entretanto, que a teoria do crescimento esteve, desde sua gênese, em Smith, Marx e Schumpeter, voltada primordialmente para os países capitalistas avançados”.

Bresser-Pereira (2008) enfatiza que o desenvolvimento econômico de um país tem que basear-se nos princípios do capitalismo para que o estado exerça sua influência no mercado e fazer com que aumente a produção de riquezas que vão contribuir para o avanço da nação, através dos seus agentes desde os empreendedores, funcionários, parceiros.

O desenvolvimento no contexto atual em que o mundo está vivendo é visto por muitos como a solução para diversos problemas tais como a melhoria da condição de vida, os conflitos, a pobreza que pode trazer consequências desastrosas fome e a doenças.

Os principais modelos de desenvolvimento econômico considerados são o nacional desenvolvimentista e o neoliberalismo, que foram adotados por diversos países, como os Estados Unidos da América e de certo. O nacional desenvolvimentismo adotado foi adotado pelo Brasil e prioriza a industrialização e a intervenção de estado.

A pobreza, segundo a ONU (2018), é um dos principais problemas que precisa de uma solução urgente, é por isso que a questão de combate à pobreza no mundo ficou no topo da nova agenda global. Ao elaborar os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, estabeleceu-se como prioridade o combate à pobreza em todas as regiões do mundo e em todas as suas formas de manifestação.

Freitas (2010, p.2) “sendo a pobreza um fenômeno complexo que marca tragicamente a vida de muitas pessoas, afetando-as “na sua carne, na sua alma e na sua humanidade”, é difícil criar uma definição suficientemente abrangente para explicar”.

A pobreza é uma das principais consequências de falta de desenvolvimento de uma nação, isso pode ser visto atualmente, existe os países desenvolvidos onde índice da pobreza é muito baixo e qualidade de vida é muito alta por exemplo a Noruega, Japão entre outros, por outro lado, existem países, na sua maioria situados no continente Africano e no Sudoeste asiático, nessas regiões a pobreza é muito perceptível e a condição de vida é precário.

Para Santos e Arcoverde (2011) o desenvolvimento econômico advém da produção de bens econômicos e dos avanços nas tecnologias, que permitem que existam classes e pessoas onde, de um lado, estão os donos de capital e dos meios de produção, que são a minoria que detém a maior percentagem de bens. E, existe a classe mais baixa, que são os trabalhadores que trabalham para o seu sustento, perfazendo a quase 80% da população. Essa forma capitalista de criar e acumular as riquezas para certos indivíduos tem gerado e criado desigualdade sociais e elevado à pobreza no mundo.

2.1 Desenvolvimento Econômico

Os países devem buscar sempre resultados que gerem melhoria do bem-estar da população. Para tanto, alocar recursos em setores que podem gerar riquezas e assegurar que os recursos financeiros advindos dessas riquezas sejam distribuídos de forma o mais igualitário quanto possível, é condição importante para o desenvolvimento autossustentado.

2.1.1 Conceito

Para Bresser-Pereira (2016, p.5) “o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural.”.

Rostow, 1974 *apud* Niederle e Radomski, 2016, p.11 “o desenvolvimento econômico é vinculado ao crescimento econômico, o qual se daria com a industrialização, significando, portanto, modernização”.

Por outro lado, Vieira (2017, p.1) considera que “o conceito de desenvolvimento econômico é bastante complexo para a economia atual, principalmente quando se pretende determinar o fator gerador e motivador de tal desenvolvimento”.

Conforme Seidi (2002, p.4) “qualquer Plano Estratégico, Modelo de Desenvolvimento ou ainda uma Política para redução da pobreza passará necessariamente por conhecimento real da situação do país em causa”.

O desenvolvimento econômico varia de acordo com a realidade de cada país. Alguns países enfrentam enormes dificuldades no que diz respeito às questões econômicas, políticas e sociais.

Bresser-Pereira (2008) realça um ponto muito importante sobre a questão histórica do desenvolvimento no mundo, em que a humanidade sempre se preocupou em avançar cada vez mais, seja no domínio social, seja na economia ou também no bem-estar. Para se desenvolver um país, os governos precisam garantir uma paz social sem violência e desigualdades e também dar mais autonomia ao mercado para a produção de renda.

Lacerda (2009, p.1) considera que “a crença no desenvolvimento, como algo naturalmente positivo e desejável, é um dos pilares do nosso tempo”. Segundo Lacerda (2009) existe um ponto de chegada onde tudo estará melhor, dado que as pessoas querem o desenvolvimento para melhor viver e saborear a vida da melhor forma.

O desenvolvimento econômico, na medida em que ele vem ocorrendo, tem proporcionado melhores condições de vida, seja na saúde, educação e/ou segurança. Por outro lado, surgem desafios a serem superados, tais como, a redução da desigualdade e da pobreza. Considero que o ser humano tem incorporado valores e disseminando uma ganância sem limites, levando às pessoas entrarem na roda-viva de acumulação de riquezas. O mesmo se aplica às empresas, com a geração de externalidades negativas, tais como, contaminação das águas, poluição e acidentes ambientais. Nesse sentido, a intervenção do Estado, através da Teoria da Regulação, torna-se inevitável para conter e resolver essas externalidades.

Por isso é preciso que seja levado em conta a sustentabilidade na exploração dos recursos, considerando a finitude dos mesmos, como também as vidas dos seres vivos estão sendo ameaçadas por poluição ambiental, catástrofes e doenças, por isso é necessário desenvolver, mas de forma sustentável. As nações mais desenvolvidas, que dependem muito da produção industrial, têm saído do pacto ambiental para reduzir emissão de gases resultantes da ação das grandes indústrias. Entretanto, uma vez mais, reforça-se o papel importante que os organismos internacionais desempenham para assegurar que as externalidades negativas sejam devidamente regulamentadas e, principalmente, monitoradas.

2.1.2 Teorias do desenvolvimento econômico

No cerne da teoria de desenvolvimento encontra-se a formulação de modelos e conceitos para permitir que a sociedade avance. Desde os séculos passados, os pensadores têm buscado melhorar a forma de resolver as questões do bem comum. O desenvolvimento passa pela decisão política, econômico, social e ideológico. Segundo Vasconcelos e Garcia (2005), os sistemas econômicos podem ser classificados em sistema capitalista ou de economia de mercado e o sistema socialista ou economia centralizada, ou ainda planejada. O sistema capitalista é regido pelas forças do mercado, em que prevalece a livre iniciativa e a propriedade privada dos fatores de produção. No outro existe um órgão central de planejamento que resolve as questões econômicas fundamentais. Neste sistema prevalece a propriedade pública dos fatores de produção.

O capitalismo surgiu no século XIX com a revolução industrial com a intensão de aumentar a produção dos produtos vindos da agricultura, liberalização do comercial para que estado deixa de intervir diretamente no mercado, defende também nova forma de governação. Com a implantação do capitalismo houve mudanças e grandes inovações em todos os setores da sociedade, na tecnologia, na saúde, na educação as pessoas tinham mais oportunidades e liberdade de empreender suas criações. Houve também consequências no ambiente e na vida social das cidades a desigualdade a pobreza a falta de trabalho, porque os trabalhos passaram a ser feitos pelas maquinas. (DALTON,1977)

Segundo Schorn e Schutz (2013), o segundo sistema tem por objetivo acabar com a propriedade individual e implantar um sistema em que tudo é de todos

e o Estado controla os meios de produção e distribuição dos bens para todos de forma igual.

O socialismo, segundo Dalton (1977), surgiu com base nas falhas do capitalismo, e defende a não concentração de riquezas entre os donos de capital e de propriedades e a igualdade das classes sociais e também oportunidades iguais para todos, sem excluir ninguém.

2.1.2.1 Rostow e os Estágios para o Desenvolvimento

Conceição *et al.* (2016) o processo de desenvolvimento tanto econômico como social tem que ser muito bem elaborado, através de um plano estratégico e de acordo com a realidade de cada sociedade. Vários economistas e pensadores vêm trazendo formas e modelos para a sociedade desenvolver e que todos tenham uma vida melhor. Rostow, 1978 *apud* Vasconcelos e Garcia (2005) identificou cinco estágios de desenvolvimento, com base na evolução histórica dos países desenvolvidos:

- a.** Sociedade tradicional (*traditional society*): estágio em que a economia é predominantemente agrária, baixo nível tecnológico e renda *per capital*.
- b.** Pré-requisitos para a arrancada (*transitional state*): pressupõe-se importantes mudanças econômicas e não-econômicas. Neste estágio existe um aumento da taxa de acumulação do capital, relativamente à taxa de crescimento demográfico; além de melhoria no grau de qualificação da mão-de-obra para as economias de escala. Espera-se que existam, nesse estágio expressivos investimentos em infra-estrutura básica, tais como: transportes, comunicações, energia e saneamento.
- c.** Arrancada (*take off*): considera-se que, nesse estágio, a taxa de investimento líquido eleva-se de 5% para mais de 10% da renda nacional; crescimento de novos segmentos industriais, associados aos bens de consumo duráveis (televisores, geladeiras, dentre outros). Além disso, espera-se que surja também uma estrutura política, social e institucional, com vistas a garantir o crescimento sustentado.

- d. Marcha para o amadurecimento (*drive to maturity*): segundo o autor esse estágio leva 40 anos. Nesse estágio a moderna tecnologia estende-se para outros setores, levando a que qualquer produto possa ser produzido, com base na evolução tecnológica e empresarial.
- e. A era do consumo em massa (*high mass consumption*): existe uma agregação de valor e tecnologia e serviços na produção de bens de consumo duráveis. Os trabalhadores evoluem no consumo e padrão, saindo da demanda por alimentação básica e moradia, seguindo para a demanda de outros tipos de bens (automóveis, computadores, dentre outros).

A grande crítica ao trabalho de Rostow (1978) deveu-se ao fato de que o estudo foi realizado com base na observação da evolução dos países desenvolvidos, considerado como uma análise empírica e não científica. Além disso, alguns estudiosos não consideram e reconhecem as características de alguns dos estágios identificados pelo estudo.

Em que pese às críticas sofridas pelo trabalho, o legado é o de que o desenvolvimento econômico é um processo e como tal existe um sequenciamento de etapas e passos que devem ser seguidos claramente definidos.

2.1.2.2 Schumpeter e a Teoria do Desenvolvimento econômico

Pivoto *et al.* (2016) segundo os conceitos defendidos por Schumpeter de equilíbrio no modelo capitalista e a organização do estado através das movimentações comerciais do mercado e também a inovação que para ele levará ao aumento na produção de bens e serviços levando assim o crescimento econômico.

Schumpeter fez uma distinção entre o crescimento econômico que passa pela acumulação de capital econômico e o aumento na produção interna de cada estado e desenvolvimento econômico dependem do aumento do poder aquisitivo para melhorar qualidade e forma de vida, levando em consideração aspectos importantes tais como a saúde, educação de qualidade e infraestruturas.

Ele realça também que, para que o crescimento leve ao desenvolvimento é preciso inovar na produção, para aumentar a eficácia na produção dos trabalhadores

gerando mais rendas e ganhos. Ele não vê com maus olhos a acumulação de capital através da poupança, desde que seja invertido no financiamento das inovações que na visão dele geraria mais lucros.

Pivoto *et al.* (2016, p.21) “Essas formulações schumpeterianas contribuíram para a posterior criação dos bancos de fomento do desenvolvimento em diversos países (BNDES, no Brasil) e no mundo (BID).” A criação dessas instituições bancárias para apoiar projetos de empreenderiam tanto no setor público quanto no privado, com isso muitas iniciativas de desenvolvimentos econômico e vem sendo incentivados em todo mundo.

2.1.2.3 Celso Furtado e o Desenvolvimento Econômico

Celso Furtado, 2006 *apud* Cassol *et al.* (2016) defendia que o desenvolvimento econômico deveria ser impulsionado regionalmente para combater as desigualdades no desenvolvimento de um país como é o caso do Brasil. Após a crise econômica de 1929, que afetou a economia mundial, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caraíba (CEPAL), com o objetivo de impulsionar a produção interna, através do processo de industrialização nos respectivos países, inclusive no Brasil. O objetivo era de que a industrialização permitiria a valorização da produção interna dos produtos, levando a um aumento do poder de compras dos indivíduos, levando ao desenvolvimento esperado.

Para Cassol *et al.* (2016, p.32) “Ademais, a industrialização recriou uma estrutura produtiva pouco diversificada e pouco heterogênea, que acentuava o subdesenvolvimento e a dependência”.

O subdesenvolvimento entende-se como condição na estrutura do processo de industrialização que é pensado para a América Latina, o que não condiz com as inovações na produção e as demandas de consumo e, às vezes se confunde com outros países mais desenvolvidos. (CASSOL *et al.* 2016).

A CEPAL estabeleceu uma divisão entre os países centrais - países mais desenvolvidos e os países periféricos – países em vias de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, dentre outros.

2.1.2.4 Estado, Desenvolvimento e Neodesenvolvimentismo.

Para Niederle *et al.*(2016), o Estado que pretende desenvolver-se e proporcionar uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos precisa ter como prioridade as políticas regionais e setoriais do Estado, com o objetivo de criar condições logísticas de locomoção, transportes e infraestruturas para que o país possa se desenvolver.

O Neodesenvolvimentismo, face à crise do esgotamento cíclico do capitalismo dependente, voltou-se à defesa do Estado como grande curandeiro dos males do capitalismo. Partindo de uma visão endógena, o movimento teórico conhecido como neodesenvolvimentismo resgata o Estado como grande articulador do desenvolvimento, defendendo sua democratização, combinada com a industrialização, como mecanismo capaz de promover a volta ao crescimento econômico. (LACERDA,2009, p. 12).

Outro modelo de Estado proposto por Bresser-Pereira (2016, p.19) “O estado desenvolvimentista, situado entre o Estado liberal e o estatismo, é uma forma superior de organização econômica e política do capitalismo”.

2.1.2.5 Desenvolvimento sustentável: introdução histórica e perspectivas

Segundo Vargas *et al.* (2016), após o final da Segunda Grande Guerra, alguns países estavam muito destruídos e necessitam recuperarem-se. Desta forma, surge uma grande demanda dos mais variados tipos de bens e serviços.

Em 1972, na conferência da ONU, em Estocolmo, na Suécia foram discutidos vários temas em que um dos principais assuntos era a questão do meio ambiente, no processo de desenvolvimento econômico. Naquela ocasião os estudiosos consideravam que os danos que estariam sendo causados poderiam ser irreparáveis.

Segundo Vargas *et al.*, (2016) não existe compatibilidade entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. Entretanto, essa discussão tem ocupado a agenda de diversos organismos internacionais, bem como tem sido monitorada pelos mesmos.

2.2 A pobreza

A pobreza pode ter múltiplas definições dependendo dos contextos que serão apresentadas a seguir.

2.2.1 Conceito

Segundo Santos e Arcoverde (2011, p.1) “compreender o fenômeno da pobreza exige o aprofundamento da temática. Em sentido geral, ser pobre é não ter o atendimento das necessidades biológicas, é não ter condições mínimas de habitação, vestuário, etc.”.

Freitas (2010, p.1) considera que “o fenômeno da pobreza, seja no plano individual, familiar ou comunitário, constitui sempre uma experiência humana especialmente dolorosa, marcando os rostos de todas as idades”.

Crespo e Gurovitz (2002) “a conceituação da pobreza é categorizada como *juízo de valor* quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável”.

O conceito de pobreza é muito complexo, se repararmos as diferentes realidades, como por exemplo, a pobreza na África subsaariana, que pode ser visto como uma consequência dos erros históricos do passado, da escravidão à colonização, em que o povo Africano foi explorado de todas as formas possíveis, durante séculos. Essa sequela ainda hoje está presente, seja em razão dos sucessivos conflitos políticos armados, a seca prolongada em algumas regiões, a falta de vontade por parte dos políticos em fazer ações para o desenvolvimento dos respectivos países para combater a fome, as doenças, e criar condições de aumentar a produção para o benefício da população.

O problema de pobreza não só na África, mas também em outras partes do mundo como no Sudoeste Asiático e na América latina. Entretanto, alguns países conseguem vencer a pobreza extrema, como é o caso de Brasil que, através de políticas sociais como a Bolsa família que tirou milhões de brasileiros de extrema pobreza.

Vale reforçar que a redistribuição de rendas onde se tira de quem tem mais, para dar os que precisam para sobrevivência. Para Santos e Arcoverde (2011,

p.3) “a desigualdade de renda também vem sendo apontada como causa para a persistência da pobreza, sobretudo no Brasil”.

A pobreza pode ser entendida de várias formas dependendo do contexto e de acordo com Crespo e Gurovitz (2002, p.3) “a pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda”.

O exemplo de pobreza no Brasil conforme relava Silva (2010) as desigualdades sociais e a distribuição desigual da renda, fez o estado brasileiro adotar políticas de reduzir esses problemas através de programas como bolsa família que serve como meio redistribuição de renda para as populações mais carentes.

Tabela 1 – Nível de pobreza no mundo – Ano: 2015

Porcentagem da população em condições de pobreza (por região) - 2015	
Região	Pop. com menos de USD1.25 por dia (%)
América Latina e Caribe	3,2
Europa e Ásia Central	0,2
Leste da Ásia e Oceania	10,3
Oriente Médio e norte da África	0,9
Sul da Ásia	37,2
África subsaariana	48,3

Fonte: Banco Mundial. Informe sobre o desenvolvimento, 2015, p. 35.

A Tabela 1 apresenta a situação da pobreza no mundo, por regiões. Pode-se observar que as duas maiores regiões mais afetadas por esse mal, em primeiro lugar está África subsaariana e o Sudoeste Asiático. Em face da urgência em solucionar esse problema, o tema passou a ser um dos pontos principais segundo documento elaborado e intitulado objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) que tem por objetivo acabar com a fome e a miséria principalmente nas regiões de maior percentual de pobreza.

2.3 Metas do Milênio

Os principais objetivos de desenvolvimento do Milênio (ODM) são oito, que foram elaboradas numa cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano 2000, onde todos os representantes dos países traçaram as metas que serão atingidas até o ano 2015. A ONU elaborou 8 metas de acordo com plataforma Agenda 2030 (2015) essas metas são:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome: acabar com a pobreza no mundo não é uma tarefa fácil. Essa é uma das maiores lutas desde muito tempo até agora a humanidade não se conseguiu ainda vencer esse mal por tantos apoios financeiros da ONU, dos governos, das fundações, as ONGs todos têm estado a apoiar projetos nesse sentido e o problema prevalece, vale lembrar que até hoje a fome está causando sofrimento no mundo. Hale (2015) percebeu que existe um perigo que muitas vezes é ignorada pela sociedade que é fome que segundo ela resumiu pode levar a humanidade a destruição em massa se não for combatido urgentemente. A fome é uma consequência direta da pobreza isso pode ser observado em muitos países pobres.

2. Atingir o ensino básico universal: a educação básica precisa ser acessível para todos, uma vez que é uma forma de permitir as pessoas, principalmente as crianças, desenvolverem suas capacidades intelectuais para a integração social, econômico e cultural.

3. Promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres: antigamente a mulher não tinha muita liberdade na escolha sobre seu destino ficando sempre submissa à vontade dos homens, mas isso está sendo combatido através dos movimentos feministas que estão sempre lutando cada vez mais para o direito igual entre homens e mulheres.

4. Reduzir a mortalidade infantil: para reduzir a mortalidade dos recém-nascidos e crianças em todo o mundo, é preciso criar condições necessárias para melhorar o atendimento básico na saúde e boa alimentação.

5. Melhorar a saúde materna: a saúde da mãe é sempre importante levar em conta porque pode refletir nos filhos que futuramente nascerão às mães têm que ter um acompanhamento desde o início da geração até ao parto, para isso é preciso que haja bons Hospitais, pode se afirmar que em países pobres onde as condições são precárias as mães continuam correndo riscos de vida para gerar o bebê.

6. Combater a HIV/AIDS, a Malária e outras doenças: a cada ano que passa a humanidade está sempre sujeita ao surgimento de novas doenças e epidemias como se não bastasse às doenças curáveis e incuráveis que vem, há muito tempo, causando mortes em todo mundo. O combate a essas exige muitos recursos financeiros para poder financiar pesquisas que muitas vezes duram muitos anos, por isso há sempre que estar em alerta e prevenir para as doenças que podem surgir a qualquer momento.

7. Garantir a sustentabilidade ambiental: Hoje em dia a poluição ambiental causada pelas grandes industriais vem afetando a vida de todos os seres vivos, na terra, nos mares, nos rios e até no ar, que está ficando cada vez mais contaminado. As mudanças climáticas, aquecimento global, tudo isso é fruto do descaso da humanidade, que não consegue manter o equilíbrio entre o social, econômico e ambiental.

8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento: para que o mundo esteja em harmonia é preciso fazer parcerias entre as autoridades governamentais. Muitas vezes essas parcerias não têm limites muito claros, mas mesmo assim precisam ser alicerçados os interesses para que todos saiam a ganhar, vale lembrar que com avanço da globalização há sempre dependência na troca comercial entre os países, nenhum país consegue manter sozinho.

3 METODOLOGIA

Nessa seção do trabalho será realizado o enquadramento do estudo no que se referem aos métodos, quais sejam, os procedimentos que foram utilizados para a elaboração desse trabalho acadêmico.

Considerando que o presente estudo busca realizar um estudo, análise, registro e a interpretação dos fatos que motivaram a realização dessa pesquisa, o mesmo enquadra-se, no que se refere aos objetivos como sendo uma pesquisa descritiva.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo utilizou as pesquisas bibliográficas e os dados secundários disponíveis para a realização do trabalho.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados apresentados refletem a situação em que a Guiné-Bissau se encontra, nisso vai nos permitir ter noção do que está mal e do que precisa ser melhorado.

4.1. Fontes de financiamento

Segundo Vasconcelos e Garcia (2005), o financiamento do desenvolvimento econômico pode ser realizado através de poupança interna, externa, empréstimos ou ajuda financeira. A Tabela 2 apresenta o fluxo dessas contas no período de 2011 a 2016.

Tabela 2 – Fontes de financiamento (em milhares de USD) – Período: 2011 a 2016

Fontes de investimento público	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Financiamento externo	28.229	21.055	23.419	39.233	45.151	40.664
Donativos	21.196	15.945	17.516	26.179	35.115	27.154
Empréstimos	7.033	5.110	13.054	13.054	10.035	13.510
Financiamento interno	178	0	0	1.697	3.536	2.790
Total	28.407	21.055	23.419	40.930	48.686	43.454

Fonte: Secretaria do Plano e Integração Regional e INE 2017

De acordo com a Tabela 2, Guiné-Bissau não consegue financiar o seu desenvolvimento econômico através da sua poupança interna. Desta forma, ele tem que recorrer a outras fontes para financiar o seu desenvolvimento econômico.

A Tabela 3 apresenta as contas de resultado, em milhares de dólares, no período de 2010 a 2016.

Tabela 3 – Contas de resultado (em milhões de dólares) – 2010 a 2016

Receitas totais	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas fiscais	55.816	65.025	74.080	63.798	100.755	124.858	112.215
Receitas não fiscais	44.604	52.602	46.024	41.146	60.742	84.812	84.594
Outras receitas	0	0	0	0	0	0	0
Donativos	11.212	12.423	28.056	22.652	40.013	40.046	27.621
Despesas totais e empréstimos líquidos	83.517	83.493	86.993	76.618	118.996	142.495	144.235
Despesas correntes	50.120	54.650	62.732	50.051	77.471	91.360	99.876
Salários	26.224	28.815	24.341	24.380	31.390	31.019	31.511
Aquisições de bens e serviços	8.619	7.500	12.316	8.913	11.015	16.452	11.970
Transferências	6.778	7.197	16.527	12.945	19.647	18.902	31.570
Outras despesas correntes	7.375	11.073	9.128	3.626	112.826	19.928	20.017
Juros	1.124	65	420	188	2.593	5.058	4.808
Fonte: INE-Instituto Nacional de Estatísticas (2017)							

O equilíbrio das contas do governo é importante, dado que é uma condição importante para a sustentabilidade econômica do país.

Analisando os dados da Tabela 3 percebe-se que existe pouca ou quase nenhuma folga entre o confronto das receitas com as despesas, levando a que não seja possível à formação de poupança interna.

Isso leva a que o governo sempre recorra à ajuda externa para obtenção de empréstimos, financiamentos e transferências unilaterais, para financiar o seu desenvolvimento econômico.

A Tabela 4 apresenta a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), no período de 2009 a 2018.

Tabela 4 - Produto interno Bruto (PIB) em USD – Período: 2009 a 2018

Ano	PIB Anual (Mil. USD)	Var. do PIB (%)
2018	1.235	3,8%
2017	1.195	5,9%
2016	1.065	6,3%
2015	945	6,1%
2014	794	1%
2013	788	3,3%
2012	771	-1,7%
2011	790	8,1%
2010	642	4,6%
2009	594	3,4%

Fonte: countryeconomy.com (2019)

Pode-se observar pela Tabela 4 que houve aumento no valor da produção interna que depende mais dos produtos agrícolas principalmente da castanha de caju. Mesmo com esse aumento no valor do PIB ainda é muito pouco porque Guiné- Bissau tem potencialidades para produzir mais não só na agricultura, mas também em outros setores como o turismo que pode contribuir no aumento da renda nacional. Todos os anos são feitas previsões de crescimento do PIB em torno de 5%. Entretanto, face às questões políticas, sobretudo às instabilidades políticas, faz com que os investidores afastem-se cada vez mais. Entretanto, o crescimento do PIB de Guiné-Bissau está diretamente relacionado com a exportação de castanha de caju.

Os dados do produto interno bruto da Guiné-Bissau demonstram a fraca produção, dependendo em maior parte da produção agrícola principalmente da castanha de caju, sabe que não há grandes indústrias para a produção dos produtos de que o mercado necessita mesmo tudo apontando o contrário se analisarmos os dados de 2009. Segundo os dados o valor estava estimado em 594M. com o passar dos anos esse valor vai subindo, e no ano 2018 nota se que houve uma subida muito significativa atingindo o valor de 1.235M..

Com esse progresso no valor do PIB, o estado não consegue suprir todas as necessidades no que toca com as despesas que são muito elevados, nas despesas o salário dos funcionários públicos e dos próprios governantes que recebem um vencimento muito alto que não equivale com as receitas que é

num valor limitado originário do pagamento de taxas alfandegárias e impostos,
essa

situação negativa das finanças públicas contribui para o atraso no desenvolvimento econômico.

Tabela 5 - PIB *per capita* – USD – Período: 2009 a 2018.

Ano	PIB <i>per capita</i> - \$	Varição PIB <i>per capita</i> %
2018	659	-6,30%
2017	703	9,80%
2016	640	10,30%
2015	580	16,40%
2014	499	-1,30%
2013	505	0,00%
2012	505	-4,50%
2011	529	20,40%
2010	440	7,20%
2009	410	-1,60%

Fonte: countryeconomy.com (2019)

O PIB *per capita* é a soma de todos os bens produzidos num país divididos pela população. O crescimento contínuo do PIB *per capita* é que medirá o crescimento econômico.

O baixo PIB *per capita* de Guiné-Bissau deve-se a muito fraca produção interna, ao longo dos anos. O Estado não consegue criar mecanismos para que o país possa sair da condição de extrema pobreza, que afeta a condição da vida dos cidadãos que vivem com menos de USD2. 00 (dois) dólares por dia.

Com esses dados gerais, pode-se perceber que a maioria da população guineense vive em grandes dificuldades, em quase tudo o que toca com os recursos econômicos mínimos para sobrevivência. Observa-se ainda que, as regiões mais afetadas pela pobreza estão localizadas na zona leste do país, quais sejam Gabú e Bafatá, onde reside a maior parte da população, em comparação a outras regiões.

O Gráfico 1 apresenta a questão do desemprego no período de 1991 a 2019.

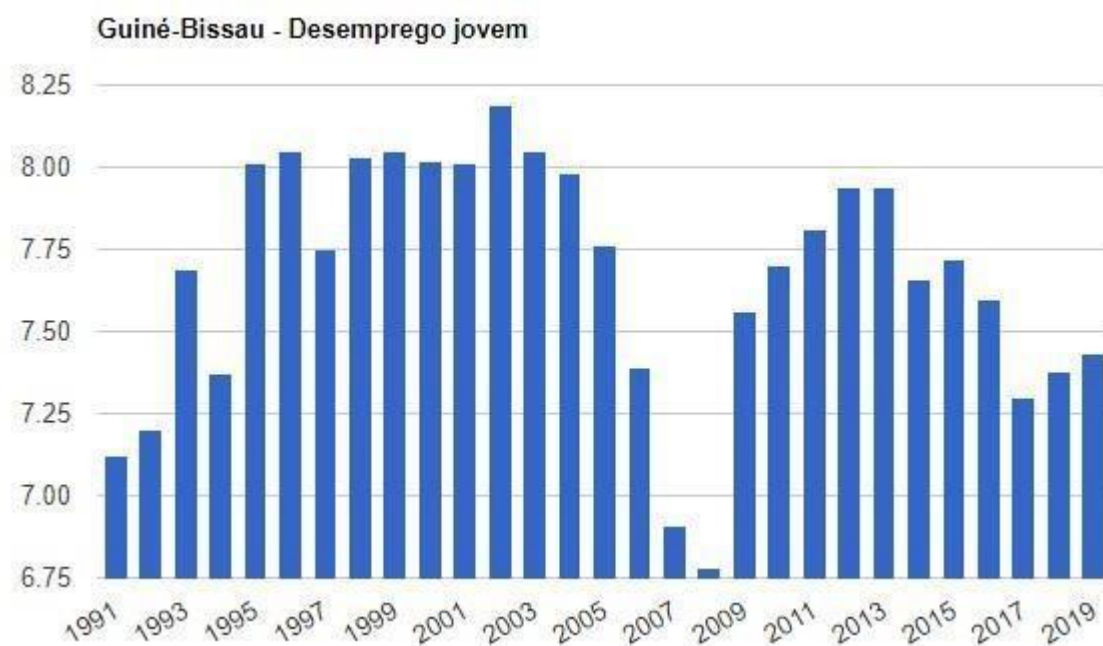


Gráfico 1: Desemprego jovem – Período: 1991 a 2019

Fonte: pt.theglobaleconomy.com/GuineaBissau/Youth_unemployment/ (2020)

O desemprego juvenil é também uma fragilidade, dado que o Estado é o maior empregador e não pode dar trabalho para todo o mundo. A falta de reforma na administração pública leva muitos jovens formados tanto nas poucas universidades que existe no país e outros que foram fazer curso em outros países como Brasil, Rússia, Portugal. O Gráfico 1 demonstra que a taxa de desemprego tem reduzindo nos últimos tempos, mesmo que essa redução seja ainda muito inexpressiva.

4.2 A Pobreza

A melhor compreensão da situação precária na saúde, educação, fraca produção de alimentos que Guiné-Bissau vem enfrentando ao longo de décadas, mesmo sabendo que o país tem condições de ser um país próspero, a Tabela 6 apresenta a situação de pobreza na Guiné-Bissau.

Tabela 6: Pobreza absoluta (2\$ dólares) por regiões – Período: 2010

Região	População Estimada	População Pobre	%
Tombali	91.208	71.598	78,5
Quinara	84.070	59.836	70,7
Oio	202.418	147.863	73,0
Biombo	87.411	57.279	65,5
Bolama/Bijagos	33.159	15.663	47,2
Barata	208.195	157.272	75,5
Gabu	192.749	161.057	83,5
Cacheu	191.510	134.100	69,5
S.A. Bissau	371.610	189.570	51,0
Total	1.462.887	1.014.277	69,3
Fonte: INE- Inquérito Ligeiro para avaliação da pobreza - ILAP 2010			

Com esses dados gerais sobre como se dá a pobreza no país, pode-se perceber que a maioria da população guineense vive em dificuldades em quase tudo o que toca com os recursos econômicos mínimos para sobrevivência. Observa-se ainda que as regiões mais afetadas pela pobreza estejam localizadas na zona leste do país, respectivamente, em Gabú e Bafatá, onde reside a maior parte da população em comparação a outras regiões.

Segundo dados do FMI (2011, p.6) “a regiões mais atingidas segundo os dados levantados em 2010 pela pobreza são, principalmente, Oio, Bafatá”. Tombali / Quinara e Gabu e a pobreza extrema afeta, sobretudo, Oio, Cacheu, Bafafá, Tombali e Quinara”. Todas essas regiões de Guiné-Bissau as que mais são afetadas pela pobreza.

A pobreza na Guiné-Bissau pode ser vista partindo de uma visão global da definição do que a pobreza significa para o mundo inteiro. O país vem afundando cada vez na pobreza nos últimos anos devido a várias questões de natureza interno que é em sua maioria relacionado com a freguesa do estado, as constantes instabilidades políticas, a corrupção generalizada no aparelho de estado.

Vale ressaltar segundo Barros (2014) que um dos fatores responsável para o avanço de pobreza na Guiné-Bissau é a instabilidade política crônica que não permite o país avançar mesmo com ajuda da comunidade internacional, por isso é necessário que o Estado comece a agir nessa direção.

Seidi (2002, p. 24) “a pobreza das nações resulta da insuficiência da oferta global e não da procura global, o que conduz a sublinhar a capacidade de acumulação dos fatores de produção e a importância da utilização das tecnologias”.

No caso dos países pobres, no qual figura a Guiné-Bissau, são países que geralmente carecem de quase tudo, onde a produção é bastante fraca, o que leva esses países a ficarem dependentes dos produtos produzidos por outros para abastecer os respectivos mercados internos.

De acordo com Correia (2012) não basta só o governo pensar nos mecanismos de combate à pobreza através de planos estratégicos de desenvolvimento, é necessário antes que seja feita uma reforma estrutural profunda e urgente para poder ter sucesso no processo de desenvolvimento econômico.

Sangreman (2016) traçou os objetivos, através da política econômica e social, para que a Guiné-Bissau possa sair da situação de pobreza pela qual vem deparando até hoje. Por isso, surgiram algumas possíveis soluções que vão desde o crescimento econômico, para que o país possa ter condições necessárias para aumentar a produção interna dos produtos, visto que possui condições para isso. Além de melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), melhorar as infraestruturas, hospitais e saneamento básico.

Como existem muitos problemas, em diversos setores e que o Estado sozinho não consegue resolver os problemas devido às fragilidades já apontadas. Segundo Aneme (2018, p.38) “através do projeto de reabilitação de infraestruturas do Banco Mundial, foram construídos em Bissau 11 poços com uma capacidade de produção total estimada de 30.000 m³/dia”.

Segundo a ONU (2005) a pobreza extrema traz consequências graves na vida da população, dado que não têm acesso à água potável, boa alimentação, bons hospitais e também na eminência de secas prolongadas e mudanças climáticas que vem afetando regiões vulneráveis. A pobreza na Guiné-Bissau é muito elevada, atualmente, vem diminuindo, dado que o governo,

dentro das suas possibilidades e seus parceiros e de acordo com o inquérito para avaliação da pobreza- ILAP estima-se que existem mundialmente 181.641 pessoas, quase da

metade da população é pobre. Que 764.672 não possuem condições econômicas para adquirir bens para o consumo do dia-a-dia, dos 245.965 indivíduos, correspondente a 20% vivem em extrema pobreza.

Analisando o caso da Guiné-Bissau nos leva a ter uma visão mais macro para entendermos melhor as diferentes causas de pobreza no mundo, principalmente no continente Africano, que podem variar de acordo com a localização geográfica dos países. De acordo com o Mundo Educação (2019) foram identificadas algumas causas responsáveis pela pobreza na África Subsaariana, onde tem os países mais pobres do mundo inclusive a Guiné-Bissau. Vale ressaltar que os sucessivos conflitos político-militar levam a que, um grande número de pessoas, abandone suas terras. As condições climáticas como as secas e avanços da desertificação, como também acidentes naturais como inundações, *tsunamis*, alagamento, dentre outras. A redução de terras férteis para o cultivo e criação de animais que podem dar muitos alimentos como a carne, leite, ovos e muito mais; por outro lado temos também questões políticas como a má governança de políticos corruptos, a um nível que não dá para comparar com o restante de mundo.

A saúde na Guiné-Bissau é precária, ainda é paga, e para piorar recentemente, de acordo com RFI (2019) a atual Ministra de Saúde doutora Magda Robalo fez uma denúncia muito grave de desvio de 600 milhões de Franco, que corresponde a 1 milhão de euro no maior hospital do país situado em Bissau Simão Mendes.

Toda essa situação contribui em larga escala para a pobreza da população, visto que quase 70% da população são pobres e a metade vive em condição de extrema pobreza. Segundo FMI (2011, p.6) “as regiões mais atingidas segundo os dados levantados em 2010 pela pobreza são, principalmente, Oio, Bafatá, Tombali / Quinara e Gabu e a pobreza extrema afeta sobretudo Oio, Cacheu, Bafafá, Tombali e Quinara”.

A Guiné-Bissau no domínio social, o país desenvolveu duas iniciativas fundamentais para reduzir a pobreza. No *Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2011-2015)*, aborda-se estratégias para melhoria e extensão da proteção social, com o intuito de implementar medidas de reforma da previdência, e de combate à exclusão e pobreza. OIT (2018, p.1)

Esse plano de combater a pobreza infelizmente não executada por causa das divergências políticas entre o presidente da república e o chefe do executivo, não sabe qual é o governo que terá condições de colocá-lo em prática, visto que nenhum dos vários governos nunca terminou o seu mandato.

Para combater a pobreza torna-se necessário uma vontade política do Estado para criar políticas públicas bem planejadas, para poder ter muitos avanços no futuro. Também vale lembrar que aplicando um projeto ou um programa para reduzir a pobreza só daqui a dez ou vinte anos poderão surgir resultados esperados.

Por todos os problemas políticos, econômico e social que Guiné-Bissau vem enfrentando; ainda assim é possível combater a pobreza, porque é um país rico em recursos naturais e também possui uma população não muito grande. O que falta é a vontade do governo de elaborar e aplicar políticas públicas para atender às demandas da população que tanto precisa.

4.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A Tabela 7 apresenta o IDH no período de 2009 a 2017.

Tabela 7- Índice de desenvolvimento humano – Período: 2009 a 2017.

Ano	IDH
2017	0,455
2016	0,453
2015	0,49
2014	0,445
2013	0,44
2012	0,437
2011	0,435
2010	0,426
2009	0,421

Fonte: countryeconomy.com (2019)

O IDH é uma forma de medir o nível de condição de vida da população em todos os países no mundo, na Guiné-Bissau esse índice está muito baixo devido a vários fatores como a crônica instabilidade política, que fez com que o Estado não consegue criar políticas de desenvolvimento nas áreas principais como: saúde, educação, segurança combate à pobreza.

Dowbor (2019, p.1) avança que “Guiné-Bissau desceu duas posições no relatório anual do PNUD e é o segundo país de expressão portuguesa na categoria de desenvolvimento "baixo", ocupando o 177.º lugar”. Essa descida na posição da Guiné-Bissau no ranking publicado no último relatório, só demonstra que o estado guineense precisa desenvolver um trabalho árduo para a melhoria das condições da sua população que carece de quase tudo saúde, educação, emprego, segunda e a desigualdade de gênero.

No mesmo relatório da PNUD de 2019 ainda realça que a mortalidade infantil vem ganhando destaque nos países de IDH baixos onde a Guiné-Bissau não é uma exceção figurando nos piores lugares no PALOP com levadas taxas de mortalidade infantil.

Fundação Fé e Cooperação (2017, p.12) afirma que: “No caso concreto da Guiné-Bissau, dados do Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS) de 2014, apontam para uma taxa de 47,8% de casos de assistência pós-natal para a mãe e de 54,5% para o recém-nascido.

A esperança média de vida na Guiné-Bissau é de 46 anos, um dos piores no mundo isso é consequência das fragilidades e pouca vontade do estado guineense em criar condições necessárias para a melhoria das condições da vida dos cidadãos.

No entendimento do World Bank (2018, p.1) “a resolução da elevada desigualdade no país exige também esforços destinados a melhorar a prestação de serviços e a aumentar o acesso aos serviços básicos”.

4.4 A necessidade de desenvolvimento econômico

É essencial sabermos o que é o desenvolvimento segundo Bresser-Pereira (2006, p.1) “o desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população”.

Guiné-Bissau apesar de estar na lista dos mais pobres do mundo é um país que é abençoado pode-se assim dizer pelos recursos naturais segundo indica uma pesquisa de Aneme (2018), o país possui em todo o território nacional condições de produção agrícola em larga escala para o consumo interno e também para exportar para outros países, mar rico em espécies de peixes de primeira qualidade disponível para pescas também pode ser explorado, como também o turismo nas mais 80 ilhas com praias lindas e desérticas, recursos minerais como baixete e fosfato em abundancia, rios de agua doce, várias espécies de animais, a diversidade étnica e religiosa.

De acordo com Dowbor (1983, p.10) “a estratégia do desenvolvimento define-se antes de tudo pelo encadeamento correto das grandes opções econômicas”. É o que tem sido verificado nas ações do Estado que não tem capacidade de criar políticas públicas de desenvolvimento, e quando o faz nunca chega a um resultado satisfatório, por causa de sucessivas crises políticos.

Segundo realça Banco Mundial (2015) uma das formas de combater a pobreza é fazer a captação bens interno para depois distribuir para a população de forma equitativa e apoiando projetos sociais de pessoas mais necessitadas.

Para desenvolver a Guiné-Bissau, é preciso que estado traça prioridades de acordo com as necessidades ou dificuldades que o país enfrenta, fazendo um planejamento estratégico para atingir os objetivos passando por etapas no ou setores. Os setores chaves de desenvolvimento da Guiné-Bissau são três enumerados conforme o relatório nacional secretário de estado do ambiente e turismo – (SEAT, 2012):

a. Setor primário

Refere-se à agricultura, pescas e pecuária que é responsável pela economia do país, relacionados com a produção interna, contém a maior percentagem do produto interno bruto (PIB) que são aproximadamente de 67% a

80%, levando em conta a produção de produtos agrícolas para a exportação na qual se destaca a produção de castanha de caju, na qual a Guiné-Bissau é um dos maiores exportadores, o governo não consegue promover mais dinâmica para a melhoria da qualidade no tratamento que vai desde máquinas utilizadas no cultivo, falta de infraestruturas como estradas, pontes para diminuir as distâncias e facilitar no transporte de produtos.

Na questão das florestas, como um todo, são ricas em árvores de grandes portes que produzem madeiras de boa qualidade que o mercado exige, que cortados para vender a outros países como a China, só que a pouco cuidado o estado só emite licenças de corte sem controle e a consequência desse ato pode levar à extinção de algumas espécies de plantas, resumindo não há sustentabilidade nesse subsetor.

A pecuária está ligada à criação de animais que podem servir de alimento como também para outras finalidades, esse subsetor como outros, tem vários problemas como por exemplo não há controle veterinário sobre os animais antes de serem abatidos, e a forma de seu transporte para o mercado, a pecuária corresponde a 30% do PIB.

A pesca produz milhares de toneladas anualmente através de acordos de pescas feito pela União Europeia e outros parceiros, o estado não consegue controlar o fenómeno da pesca ilegal que é muito frequente nas águas nacionais pelos pescadores furtivos dos países vizinhos, FISCAP órgão responsável pela fiscalização marítima possui frotas de navios em pouca quantidade, são velhos em condições de degradação e conseguem fazer o monitoramento das áreas protegidas.

b. Segundo setor: Produção e consumo de energia.

A produção de energia elétrica no país é insuficiente, só uma central de produção elétrica que avaria sempre e não consegue suprir todas as demandas que é de distribuir energia elétrica para todos os cidadãos. Somente na Bissau, capital, a

energia é fornecida para quase 40% da população e em relação a outras regiões especialmente no interior são de mínimos 20% isso não deixa de ser preocupante, a única empresa estatal de energia é a energia e água da Guiné-Bissau (EAGB), o governo não consegue promover a concorrência para a melhoria nesse sentido.

i. Energias domésticas e renováveis

A maioria da população tanto de Bissau como das regiões que não tem condições de ter um fogão elétrico ou gás, recorrem ao método tradicional que é a fogão a lenha, ou de carvão para cozinhar, isso leva também leva desnatação descontrolada nas florestas.

Sobre as energias renováveis, de acordo com os estudos, essas formas de produção hídrica, solar, eólica e biomassa, os especialistas veem possibilidades e potencialidades grandiosas, só que tem que ter vontade por parte do governo para fazer parcerias com as empresas dessa área que futuramente pode gerar benefícios ao povo guineense.

i.i. O petróleo

Vale ainda levar em conta que nesse mesmo relatório SEAT (2012), a Guiné-Bissau tem uma área marítima rica em petróleo compartilhada de injusta com o país vizinho Senegal, nessa zona conjunta de exploração pode ser estimado que produzisse cerca de 1,1 bilhão de barris, segundo a RFI (2018) os dois países retomaram as negociações de um acordo feito nos mesmos dos anos 80, para resolver questões de percentagem que cada nação tem direito.

c. O terceiro setor

O terceiro setor é composto pela parte de infraestrutura, transportes e telecomunicações.

-Infraestruturas: Guiné-Bissau precisa de um plano de urbanização as estradas estão em estado de degradação devido à falta de manutenção, o

saneamento básico, a população nas principais cidades do país não tem acesso a esgoto. (ANEME, 2018).

- **Transportes:** os meios de transportes são poucos se compararmos com os números de habitantes que precisam se locomover para resolver seus assuntos do dia-a-dia, os meios disponíveis não conseguem satisfazer as necessidades da maioria da população principalmente das regiões insulares- arquipélago dos bijagós que pela situação geográfica precisam viajar para outras ilhas. (ANEME, 2018).

- **O turismo:** existem condições naturais para, a produção de bens através das potencialidades que se for investido vai gerar bens para bem do povo e também vai dinamizar a economia do país, visto que falta vontade política do governo em priorizar esse setor. (SEAT, 2012).

Para que a Guiné-Bissau possa encontrar um caminho para desenvolvimento econômico é preciso primeiramente o país se estabilizar internamente depois colocar o programa de desenvolvimento feito pelo governo denominado “Plano estratégico e operacional 2015-2020-Novo Começo em crioulo significa “Terra-Ranca” atrair ajuda dos parceiros internacionais e deu certo. Em

2014 foi feita uma mesa redonda, foi prometido uma verba de um 1 bilhão de dólares americanos e quando começou de novo a crise esse dinheiro foi bloqueado até então por causa da instabilidade política que durou 4 anos.

4.5- Os setores econômicos

Malomar (2017, p.4) reafirma que “o país apresenta uma economia rural, muito dependente da colheita da castanha de caju e com uma produção limitada de arroz e horticultura”.

Tabela 8 – Setores econômicos em USD – Período: 2010 a 2016

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Setor Primário	189 602	233 346	236 844	228 032	214 247	284 045	317 884
Agricultura	149 987	191 883	193 845	175 293	159 948	235.369	266 087
Pecuária, caça	14 628	16 373	17 098	18 615	18 250	18.965	20 178
Pesca	17 306	17 315	17 893	18 900	19 330	18.883	21 540
Floresta	7 681	7 775	8 008	15 224	16 719	10.828	10 079
Setor Secundário	55 263	64 277	68 400	74 527	75 084	75 941	87 583
Atividade extrativa	166	85	93	157	172	137	114
Agroalimentar	42 164	51 659	55 633	59 925	58 856	60 476	71 349
Outras Industriais	5 531	5 853	6 046	5 590	5 637	5 851	7 674
Construção	5 076	3 109	3 833	6 478	7 097	5 723	4 794
Água – Eletricidade	2 326	3 571	2 795	2 377	3 322	3 754	3 652
Setor Terciário	165 536	210 225	192 263	207 232	218 398	224 453	251 578
Comércio e Reparações	76 904	105 021	94 677	110 474	110 801	107 149	130 578
Hotéis e restaurantes	524	554	320	808	966	959	1 044
Transporte e telecomunicação	18 460	26 012	26 144	26 331	27 025	29 750	30 490
Serviços financeiros	5 346	8 763	9 028	8 003	8 134	8 966	9 008
Serviços imobiliários outros serviços	6 205	6 479	6 650	7 078	7 309	8 025	8 382
Serviços de Administração Pública	46 012	51 338	42 578	43 446	53 056	54 346	56 025
Serviços de educação	7 869	8 414	8 643	7 146	7 054	11 038	11 620
Serviços de saúde	3 248	2 675	3 225	2 895	2 989	3 132	3 309
Serviços coletivos e domésticos	968	969	998	1 051	1 064	1 088	1 122
Correção para o consumo dos SIFIM	-6 579	-9 773	-10 893	-10 216	-10 611	-9 773	-9 773
Total do Valor Acrescentado	403 822	498 075	486 614	499 575	497 118	574 666	647 272
Impostos sobre produtos	16 693	20 213	18 465	17 087	23 754	37 844	43 200
Produto Interno Bruto	420 515	518 288	505 079	516 662	520 872	612 511	690 472

--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: *Fonte: INE-Direção de serviços de Estatísticas Económicas e Financeiras (2019)*

A Tabela 8 detalha os três setores, o primário o secundário e o terciário, assim os principais subsetores dentro de cada um desses setores. A industrialização pode ser um fator muito importante no desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau, analisando o setor industrial pode-se notar que produção é muito fraca porque em todo o território nacional não há grandes indústrias, por isso é necessário que o estado crie mecanismo para atrair investidores.

A agricultura é o que traz os maiores ganhos, principalmente nas épocas de campanha de castanha de caju, mas também precisa ser mecanizada porque os agricultores não conseguem produzir em maiores quantidades por falta de meios com tratores.

O turismo pode trazer ganhos para o país, existem muitas ilhas com praias desérticas, somente faltando as vias de acesso aos mesmos. Os índices econômicos continuam numa oscilação constante, nunca se estabiliza, a produção interna é fraca dependendo muito da produção agrícola de pequena quantidade, pela se destaca a produção de castanha de caju para a exportação para outros mercados estrangeiros, no diz respeito ao crescimento anual, as movimentações econômicas levaram ao crescimento de aproximadamente 5,9% no ano de 2017, mesmo com a instabilidade política constante que vem atrasando o crescimento econômico do país.

Conforme relatório FMI (2017), a produção de castanha de caju tem vindo a ganhar relevância no mercado internacional, em países como a China, Estados Unidos e a União Europeia, em decorrência de sua qualidade.

Para Aneme (2018) existe uma fraca intervenção do setor privado na geração de empregos, e no mercado, devido à própria legislação que não permite que as empresas privadas possam desenvolver suas atividades sem barreiras burocráticas, por isso o governo guineense vem adotando medidas para que o mercado tenha mais autonomia nas suas atuações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza na Guiné-Bissau atinge quase 70% da população principalmente nas regiões de Gabú e Cacheu onde as condições de vida são precárias, devido à falta de educação, saúde, saneamento básico, urbanização, e meios de transporte público. Isso se reflete muito abaixo no ranking de IDH, ou seja, de 0,455 (2017), ficando na posição de 177.

A situação de pobreza na Guiné-Bissau está mais ligada às questões com dificuldades econômicas que o país está enfrentando desde a sua independência até então e à instabilidade política que não garante a continuidade das políticas públicas para romper a linha de extrema pobreza.

O principal parceiro no combate à pobreza na Guiné-Bissau e no mundo é a ONU, na Agenda 2030, que colocou no primeiro ponto das metas do milênio a redução da pobreza através ajuda aos países que estão nessa condição. O estado guineense elaborou com apoio financeiro da ONU e FMI elaborou vários planos, e programas de desenvolvimento e combate à pobreza em todas as regiões do país, uns planos feitos é estratégia nacional de redução de pobreza (DENARP II), e plano estratégico e operacional "Terra-Ranka", esses planos se fossem seguidos em todas as etapas, o país poderia sair da situação em que se encontra

Mas não está conseguindo obter grandes avanços devido a crises políticas. Segundo Barros (2014) um dos fatores responsável para a avanço de pobreza na Guiné-Bissau é a instabilidade política crônica que não permite o país avançar mesmo com ajuda da comunidade internacional, por isso é necessário o estado começar a agir nesse sentido.

A economia da Guiné-Bissau é muito fraca, porque o país produz pouco para atender as demandas da sociedade, com isso o estado necessita de apoio financeiro da comunidade internacional, para que não vá à falência.

O desenvolvimento econômico que tanto se fala depende do setor primário da economia, a agricultura precisa ser mecanizada para que o país saia da dependência de exportação de castanha de caju e começa a produzir outros produtos para o consumo interno para que não fique dependendo da importação dos produtos básicos de consumo diário. Na pesca o Estado tem que intervir para o controle das receitas provenientes de contatos de pescas. Se considerarmos os

estágios de desenvolvimento econômico proposto por Rostow, 1974 *apud* Vasconcelos e Garcia, 2005; acredita-se que a economia guineense encontra-se ainda no estágio de sociedade tradicional, dado que ela é predominantemente agrária, com pouca tecnologia e baixa renda *per capita*.

Outro ponto importante são as reformas na administração pública, segundo o documento do governo onde se cria, plano estratégico operacional “Terra-Ranka”. Novo Começo (2015), o processo da reforma foi elaborado em três etapas: controlo estratégico e financeiro para avançar com a reforma; fortalecimento das instituições públicas e pôr fim a sua execução.

Pode se concluir que a Guiné-Bissau é um país com grandes potencialidades de se desenvolver economicamente, visto que possui recursos naturais ainda não explorados. O país precisa necessita dar início ao processo de industrialização, melhorar infraestruturas e também atrair investidores estrangeiros para outros setores, para que possa desenvolver-se economicamente.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 2030. **Os Objetivos do Milênio**, 2019. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/> .Acesso> em: 20 de jan. 2020.
- Associação Nacional das Empresas Metalúrgica e Eletromagnético (ANEME). **Estudo Guiné Bissau**, 2018. Disponível em: <https://www.aneme.pt/site/2018/07/03/estudo-guine-bissau>. Acesso em: 03 maio 2019.
- BANCO MUNDIAL. Relatório N. 58296-GW, Guiné-Bissau **Memorando Econômico do País: “Terra Ranka”, Um Novo Começo**, 2015. 254 p. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/843231468250507098/pdf/582960PORTUGES0CEM0final010Feb150PT.pdf>. Acesso em: 03 maio 2019.
- BANCO MUNDIAL. Guiné Bissau Aspectos Gerais. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- BARROS, M. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau, Dinâmicas, Desafios e Perspectivas**. Bissau, 2014. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/soccivilestadogb_net.pdf. Acesso em: 02 maio 2019.
- BRSSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**, 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.crescimentodesenvolvimento.junho19.2008.pdf>. Acesso em: 20 ago.2019
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Modelos de estado desenvolvimentista**. SÃO PAULO: FGV- São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discuss%C3%A3o/350-Modelos-Estado-Desenvovimentista-TD412.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- CASSOL, A.; NIEDERLE, P. A. **Introdução as Teorias do Desenvolvimento. Celso Furtado e a política econômica Latino-Americano**, Porto Alegre: UFRGS Editora, cap. 3, p. 28-37. 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.
- CONCEIÇÃO, A. F; DE OLIVEIRA, C. G; DE SOUSA, D. B. **Introdução as Teorias do Desenvolvimento. Rostow e os Estágios para o Desenvolvimento**, cap.1, p. 11-16 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.
- CORREIA, A. **Política-Segurança-Desenvolvimento na Guiné-Bissau**. Lisboa, 2012. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/211/1/ld_n1_artigo_5.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- CRESPO, A. P. A; GUROVITZ, E. A pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **SciELO**. São Paulo, v.1, n.2, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200003. Acesso em: 23 maio 2019.

DALTON, G. **Sistemas econômicos e sociedade: Capitalismo, comunismo e terceiro mundo**, 1977. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rae/v18n1/v18n1a12.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

DAWBOR, L. **Guiné-Bissau: A busca da Independência econômica**. São Paulo, 1983, 51p. Disponível em: <https://dowbor.org/1983/09/ladislau-dowbor-guine-bissau-a-busca-da-independencia-economica.html/>. Acesso em: 17 jan. 2019.

Guiné-Bissau com segundo pior resultado no Índice de Desenvolvimento Humano. **Deutsche Welle**, Bonn, 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-com-segundo-piorresultado-no-%C3%ADndice-de-desenvolvimento-humano/a-45494066>. Acesso em: 17 dez. 2019.

Guiné-Bissau com segundo pior resultado no Índice de Desenvolvimento Humano. **Deutsche Welle**, 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-com-segundo-piorresultado-no-%C3%ADndice-de-desenvolvimento-humano/a-45494066>. Acesso em: 12 out. 2019.

HALE, K. Jean Ziegler e a geopolítica da fome. **SciELO**, São Paulo, 11 jun. 2015. Resenha da obra de: ZIEGLER, Jean. *Destrução Em Massa: Geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000200381. Acesso em: 12 nov. 2019.

Indícios de corrupção no maior hospital de país. **Radio França Internacional**, 2019. Disponível em: <http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20191210-guine-bissau-hospitalsimao-mendes-ficou-sem-um-milhao-de-euros-saude>. Acesso em: 12 nov. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA. **Boletim Estatístico da Guiné-Bissau, Guiné-Bissau em número 2015**. Bissau, 2017. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/>. Acesso em: 19 fev. 2019.

LACERDA, J. S. **Teorias de Desenvolvimento: Reflexões sobre Origens e Apropriação em nosso contexto**. São Paulo, 2009. Trabalho apresentado no XXXIII da ANPAD, 2009, São Paulo. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/EOR1845.pdf. Acesso em: 12 de nov. 2019.

FMI prevê crescimento de 5% da economia de Guiné-Bissau em 2019. **Observador**, 2018. Disponível em: <https://observador.pt/2019/04/13/fmi-preve-crescimento-de-5-daeconomia-de-guine-bissau-em-2019/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO. **Relatório da situação da criança na Guiné-Bissau 2015/2016**, 2017. Disponível em: https://www.fecong.org/pdf/publicacoes/FEC_Relatorio_SituacaoCrianca_na_GB_si te.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Relatório Guiné-Bissau nº17/381**. Washington, D.C. 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Publications/CR/Issues/2017/12/18/Guinea-Bissau-Selected-Issues-Paper-45486>. Acesso em: 12 jun. 2019.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Relatório do FMI No. 11/353 DENARP II- Guiné-Bissau, Segundo documento de estratégia Nacional de Redução da**

Pobreza, Washington, D.C. 2011. Disponível em: <https://guinea-bissau.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/DENARPIIFMI.pdf>. Acesso em: 23 de jan. 2018.

FREITAS, M. C. **Pobreza e Exclusão Social**, Coimbra, 2010. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009011.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

MALOMAR, Erikson Júlio. **Influência UEMOA, nas Finanças Públicas da Guiné-Bissau**. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia Monetária e Financeira), Departamento de Economia Política, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa 2017. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15298/1/erikson_malomar_diss_mestrado.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

MANTEGA, Guido. Modelos de Crescimento e a Teoria do Crescimento Econômico, **AEASP/FGV/NPP**- Núcleo de Pesquisas e Publicações. Bela Vista, 1998. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00126_1.pdf. Acesso em: 21 set. 2019.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Desigualdade Social**. 2018. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/desigualdade-social.htm>. Acesso em: 17 out. 2019.

NIERDERLE, P. A; RADOMSKI, Guilherme Francisco W. (orgs.). **Introdução as Teorias do Desenvolvimento**. 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A Pobreza no Mundo**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em: 20 de jan. 2019.

ORGAZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO. **Assistência social na Guiné-Bissau**, 2018. Disponível em: https://www.usp2030.org/gimi/RessourcePDF.action;jsessionid=yCHQEeo-6GJW7t5V3rYoXRphapy_I7X5Tk2DD-ugShb76BLkUv_e!-692971084?id=55388. Acesso em: 17 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ILAP- Inquérito Ligeiro para avaliação de Pobreza**, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/76422095-Inquerito-ligeiro-para-avaliacao-da-pobreza-ilap2.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PIVOTO, D; CARUSO, C. O; NIEDERLE, P. A. **Introdução às Teorias do Desenvolvimento. Schumpeter e a teoria de desenvolvimento econômico**, cap. 2, p. 17-27, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

SANGREMAN, C. A Política Social e Econômica da Guiné-Bissau (1974-2016), **CESA CSG.**, Lisboa, 2016. Disponível em : <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp146.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

SANTOS, B. F. **A Ação de Organizações de Combate á Fome na Iniciativa SCALING UP NUTRITION**. TCC (graduação em Nutricionista). Faculdade de Ciências da Saúde, Departamento de Nutrição, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em:
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/12877/1/2015_BarbaraFerreiradosSantos.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

SANTOS, G. C; ARCOVERDE, A. C. B. **Pobreza: Conceitos, Mensuração e Enfrentamento no Brasil**, São Luís, 2011. Trabalho apresentado na V jornada internacional de políticas públicas, 2011, São Luís. Disponível em:
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_CONCEITOS_MENSURACAO_E_ENFRENTAMENTO_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.

SCHORN, R; SCHUTZ, R. A emergência do humano em Marx, **Princípios: Revista de filosofia.**, Natal, v.20, n.34, p. 99-124. 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7539/5608>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SEIDI, U. **Economia da Guiné-Bissau e os objetivos do Milênio**, 2002. TCC (Graduação em Economia), Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Lisboa 2002. Disponível em:
<http://www.didinho.org/Arquivo/EconGB.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SILVA, M. O S. Públicas: Caracterizando e Problematizando a Realidade brasileira. **SciELO.**, Florianópolis, v.13, v.2, p. 155-163, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

VARGAS, F.; ARANDA, Y. P. C; RADOMSKI, G. F. W. **Introdução às Teorias do Desenvolvimento. Desenvolvimento Sustentável: introdução histórica e perspectivas teóricas**, cap. 9, p. 99-108, 2016. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em: 19 de maio. 2019.

Taxa de Analfabetismo na Guiné-Bissau baixou para 48 por cento. **O Democrata**, Bissau, 2017. Disponível em: <http://www.odemocratagb.com/?p=14958> . Acesso em: 17 dez. 2019.

VIEIRA, A. N. C. Teoria do Desenvolvimento Econômico: Os principais Modelos Caraterizados pelas Principais Escolas de Pensamento Econômico ao longo dos anos, **Jusbrasil.**, Cuiabá, 2017. Disponível em:
<https://andersonvieiranunes.jusbrasil.com.br/artigos/447763946/teoria-do-desenvolvimento-economico>. Acesso em: 10 set. 2019.